

CONSULTA/4244/2013/J

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS – SP

At.: Sr. Paulo César Tamiazo – Diretoria-Geral

**Projeto de lei – Iniciativa parlamentar – Dispõe sobre o transporte individual de passageiros por meio do serviço de mototáxi no Município de Cordeirópolis – Ingerência administrativa – Legislativo não pode disciplinar serviços públicos de transporte público, impondo obrigações ao Executivo – Violação ao princípio da separação e harmonia entre os poderes – Art. 2º da Constituição Federal de 1988 – Posicionamento doutrinário e jurisprudencial – Considerações.**

#### CONSULTA:

Indaga a Consulente sobre a constitucionalidade de projeto de lei, de iniciativa de vereador, que trata de mototáxi.

#### ANÁLISE JURÍDICA:

Diante do que nos foi proposto, temos a considerar que, em nosso entendimento, não deve prosperar o projeto de lei que dispõe sobre o transporte individual de passageiros por meio do serviço de mototáxi no Município de Cordeirópolis.

Desta forma nos manifestamos, uma vez que a proposição noticiada caracteriza *interferência* do Poder Legislativo sobre o Executivo, responsável pela organização e funcionamento da Administração Pública municipal *in casu*, serviço

público de transporte, já que, por exemplo, os arts. 2º, 4º, 7º e 9º do projeto de lei, explicitamente, impõem diversas obrigações para o Poder Executivo.

Verifica-se, portanto, que o projeto de lei, se aprovado, será inconstitucional, violando o art. 2º da Constituição Federal de 1988, uma vez que rompe com a independência e harmonia entre os poderes.

Demais disto, observa-se que quando o Poder Legislativo legisla sobre a matéria colacionada, acaba por invadir a esfera de gestão administrativa, cuja incumbência cabe ao Chefe do Poder Executivo, circunstância que acaba também por violar o art. 61, § 1º, inc. II, al. e, c/c o art. 84, inc. VI, ambos da CF/88, aplicado por simetria ao Município.

Ademais disto, esclareça-se que é de iniciativa privativa do prefeito, proposições que objetivem a criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município, *ex vi* do art. 49, inc. II, da LOM de Cordeirópolis.

Por ser oportuno, acerca das atribuições da edilidade, ensina Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

"A atribuição típica e predominante da Câmara é a normativa, isto é, a de regular a administração do Município e a conduta dos munícipes, no que afeta aos interesses locais. **A Câmara não administra o Município**; estabelece, apenas, normas de administração. Não executa obras e serviços públicos; dispõe, unicamente, sobre a sua execução. Não compõe nem dirige o funcionalismo da Prefeitura; edita, tão somente, preceitos para sua organização e direção. Não arrecada nem aplica as rendas locais; apenas institui ou altera tributos e autoriza sua arrecadação e aplicação. Não governa o Município; mas regula e controla a atuação governamental do Executivo, personalizado no prefeito.

Eis aí a distinção marcante entre a missão normativa da Câmara e a função executiva do prefeito; o Legislativo delibera e atua com caráter regulatório, genérico e abstrato; o Executivo consubstancia os mandamentos da norma legislativa em atos específicos e concretos de administração" (cf. *in Direito Municipal Brasileiro*, 6ª ed. atual., Malheiros Editores, São Paulo, 2006, p. 605) (destaques nossos).

Não é de outra forma que se manifesta o eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, *in verbis*:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Vício de iniciativa. Lei municipal estabelecendo a obrigatoriedade de instalação de pontos de táxi defronte dos hotéis do município. Matéria tipicamente de administração da urbe. Iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo. Violação dos arts. 5º , 47, XIV e XIX, "b", c.c. art. 144, da CE. Inconstitucionalidade declarada” (ADIn. nº 990.10.183900-8).

“Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Municipal de Capão Bonito, de iniciativa parlamentar, dispondo sobre a atividade de taxista no município, e a concessão de alvará. Afronta ao princípio da separação dos poderes. Invasão de competência exclusiva do Executivo. Ação procedente para declarar a inconstitucionalidade da lei nº 3.467/11 do Município de Capão Bonito” (ADIn. nº 0078385-79.2011.8.26.0000).

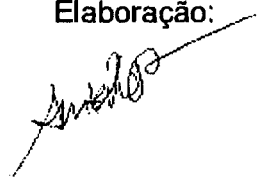
“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - Lei Municipal - Câmara que estabeleceu normas a serem seguidas pelos veículos de transporte coletivo - Inadmissibilidade - Campo específico de atuação do Prefeito - Vulneração do artigo 5º da Constituição Estadual - Ação procedente. A Câmara não administra, mas apenas estabelece normas de administração, reguladoras da atuação administrativa do Prefeito; usurpando funções do Executivo, ou suprimindo atribuições do Prefeito, a Câmara pratica ilegalidade reprimível por via judicial, consoante tem entendido o Excelso SupremoTribunal Federal e os Tribunais Estaduais” (Ação Direta de Inconstitucionalidade de Lei nº 21.688-0 - São Paulo - Relator: Nélson Fonseca - OESP - v.u. - 8/2/95) (destaques do original).

Assim sendo, em face de todo o exposto, verifica-se que o presente projeto de lei padece de vício em sua formação, não podendo, consequentemente, avançar no processo legislativo municipal.

Essas são, por fim, as considerações a serem feitas a respeito da presente consulta, sem embargo de outros entendimentos em sentido contrário, para com os quais manifestamos, desde já, o nosso respeito.


São Paulo, 3 de julho de 2013.

Elaboração:



J. Siqueira  
OAB/SP 45.508

Aprovação da Diretoria NDJ



Angelo Jádócico  
Superintendente